Entrevista com Sergio Adorno

Violência e o mundo da recepção televisiva

O tema da violência perpassa hoje como ontem a sociedade mas assume no tempo e no espaço da vida social e cultural os contornos e os matizes que o qualificam diferentemente na história. Nos dias atuais a relação entre violência e televisão se coloca como que reproduzindo sua presença na sociedade como um todo, mas atuando em especifico no mundo simbólico representado pela imagem televisiva, no cotidiano do acesso à ficção e à informação.

A presente entrevista de Sergio Adorno, publicada inicialmente em 1998, na edição inicial da Revista Novos Olhares é aqui reproduzida desde seu texto original, dada a pertinência e atualidade da mesma. Sergio Adorno é sociólogo, Professor Titular da Usp junto ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia da USP. É Coordenador adjunto do Núcleo de Estudos da Violência. Sua produção bibliográfica é apontada a seguir na conformidade do seu Currículo Lattes.

Novos Olhares: Hoje cada vez mais pessoas têm responsabilizado a televisão como a principal fonte inspiradora da violência. Como o Sr. analisa isso?

Sergio Adorno: Não estou muito convencido de que haja uma relação direta entre televisão e violência que possa determinar uma relação de causalidade imediata, sem mediações, entre o receptor e o emissor da mensagem. Em primeiro lugar, acho que o receptor é um universo cultural amplo e complexo, explorável de diferentes modos, por diferentes agências, seja pelos veículos de comunicação de massa, seja pelas diferentes agências de socialização às quais ele está submetido na sua vida cotidiana. Em segundo lugar, o receptor tem uma leitura própria de uma série de experiências pelas quais passa no mundo que o rodeia e nas relações que o cercam. Nesse sentido, a mensagem que os veículos transmitem são, necessariamente, relidas pelo receptor. E o são em função evidentemente deste quadro cultural e do contexto em que ocorrem as múltiplas experiências individuais. Em suma acho que essa relação televisão-violência pode existir, mas é uma relação extremamente complexa e não imediata. Ela tem que passar por uma série de mediações que nós, pesquisadores, temos de descobrir quais são. Evidentemente, algumas pessoas, num determinado contexto de subjetividade, se submetidas a certas mensagens, podem vir a ser influenciadas. Mas acredito que traduzir isso para o conjunto da população e tentar explicar o aumento da violência responsabilizando os meios de comunicação é no mínimo discutível.

NO: Como o Sr. vê esse esforço contemporâneo no Brasil de criar órgãos reguladores da TV pela sociedade?

SA: Eu vejo isso com muita preocupação. Essa questão dos órgãos regula-

Sergio Adorno é Sociólogo, Professor Titular da USP do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e Coordenador Adjunto do Núcleo de Estudos da Violência da mesma Universidade. sadorno@usp.br

dores traz embutida um desejo de censura que é um pouco análogo a um outro desejo da sociedade brasileira que é o de punir. Há segmentos da sociedade brasileira que não toleram divergências, que não toleram a desobediência civil. E toda vez que ela se encontra em situações críticas ou de conflito, imediatamente aciona o mecanismo de punição: repressão, confinamento, enfim, todos os mecanismos que são necessários numa sociedade democrática mas que devem ser usados dentro de determinados requisitos. No Brasil, e também fora, como nos EUA, observa-se toda uma retomada do Estado "punitivo" face à crise do Estado do bem-estar. As pessoas têm que ser punidas exemplarmente, se possível, até com a vida, porque esta é a punição mais radical. Esse mesmo processo se dá na área de regulação da informação: alimentase a idéia de que se deve regular a circulação de informações, devem-se regular as expressões, deve-se controlar, porque caso isto não seja feito, as pessoas ficarão expostas à violência. Como pesquisador não estou convencido de que a regulação diminuiria a exposição das pessoas a violência que os meios de comunicação transmitem e não tenho certeza de que esta violência interfere, ou influencia no comportamento das pessoas. O que eu acho, e que é uma outra questão, é que o público deve ter uma maior presença no controle dos meios de comunicação. É preciso que haja, de fato, um espaço onde as pessoas possam discutir o que elas querem, em termos de veiculação e de informação. Hoje existe um mercado aberto - eu não acho que isso seja ruim, em princípio - afinal, o mercado também é um elemento da liberdade. Mas numa sociedade democrática, os coletivos organizados deveriam ter o controle da circulação de informação, não com o objetivo de censura, mas para saber que eles podem participar do processo decisório daquilo que eles querem em termos de lazer, de cultura e de informação. O que me preocupa é que estes órgãos reguladores possam ter mais a característica de censura do que de um controle democrático por parte do público sobre os meios de transmissão e veiculação da informação.

NO: Uma certa aceitação desses órgãos reguladores, segundo pesquisas de opinião a respeito, poderia significar uma preocupação do receptor em ver nesses órgãos o controle da violência televisiva?

SA: Não tenho pesquisas sobre isso, mas suponho que uma parcela da população e alguns segmentos sociais se identificam com a idéia de que é necessária a censura, sustentando a idéia de que assim haveria menos violência, menos sexo na TV e, portanto, menor número de problemas na sociedade. Eu acho isso uma maneira muito cômoda de jogar com o problema da responsabilidade, que deixa de ser nossa enquanto cidadãos, enquanto membros de determinadas instituições, e passa a ser do outro. Então, o problema deixa de ser nosso, deixa de ser resultante do conflito de gerações, entre pais e filhos, entre culturas, entre irmãos, entre pessoas e passa a ser do outro, dos meios de comunicação. E como estas pessoas não controlam os meios, acreditam que a única forma de fazê-lo é por um controle externo. A censura é uma forma muito cômoda de enfrentar problemas que deveriam ser enfrentados de outra maneira. Eu acredito que, às vezes, os meios de comunicação, sobretudo a mídia eletrônica, exploram comercialmente a violência, à medida que sabem da existência de um público que é consumidor desse tipo de informação, os meios não inventam nada. A matéria prima dos meios é o social. Eles podem exacerbar a realidade em um determinado aspecto, podem dar um colorido mais dramático em determinadas situações, mas não é possível dizer que essa violência que ela apresenta é inventada: que não existem gangues, contrabando, tráfico, mortes violentas, que a vida nas periferias é boa, pacífica, civilizada, etc. Censurar isso é fechar os olhos para problemas que são muito complexos, como se assim eles desaparecessem. É claro que a realidade não é só violência, ela é também lazer, trabalho, participação política, direito ao voto, é a competição permanente de tudo isso. O preocupante é só poder assistir a uma televisão que só insiste na violência. Por que, na verdade, um aspecto da realidade está sendo tão dramatizado, tão salientado em detrimento dos outros? Essa questão pode ser de interesse público, de inquietação pública. Mas não é possível dizer, simplesmente, que basta censurar que você resolve o problema. A questão da violência está nas relações sociais, no modo como enfrentamos certos conflitos. E, não raro, os media são expressão desse processo.

NO: Na sua visão quais seriam os possíveis caminhos para alcançar a interação público-produtores?

SA: A minha idéia não é tanto estimular órgãos reguladores dos media, mas sim criar a discussão pública destas questões com a participação mais efetiva da população. Na minha opinião o problema é a ausência de debate, de discussão pública. Afinal, quando se põe em discussão estes assuntos se torna possível confrontar uma série de pontos de vista e, então, se consegue tirar conclusões e caminhos para esta questão. Apesar disso não ser um exercício fácil, não se pode deixar de tentar fazêlo. O problema é o não fazê-lo sob o argumento precipitado de que não dará certo. O controle e a censura não são bons métodos, mas a partir da discussão popular é possível determinar pontos a serem privilegiados ou não na veiculação da informação.

NO: No artigo Violência, ficção e realidade1 o Sr. fala numa dramatização da violência pela imprensa causada pela superexposição da criminalidade em detrimento de outras formas de violência. O Sr. acha que esta dramatização está só na superexposição ou também na forma como são apresentadas estas notícias ao público?

SA: Eu acho que são as duas coisas. Eu gostaria de ter estudado melhor esta questão da dramatização da violência. Eu tinha um projeto de fazer um paralelo entre o drama, gênero artístico e estético, e o drama transportado como linguagem para retratar as experiências cotidianas de violência. Isso porque o gênero ficcional, como experiência estética, possui quase sempre um conflito cósmico entre o bem e o mal e entre a ordem e a desordem. Nessa mesma direção você tem a polícia contra bandidos, a lei contra a contravenção, a força contra a violência, representados nos media. Essa dramatização não é a fabricação de uma inverdade, mas é um gênero, um modo de colocar em discurso uma certa reação diante de problemas, conflitos e questões difíceis de serem socialmente enfrentados. Esse drama é tanto resultado dessa exposição aos fatos mas também da forma. Esse gênero comporta essa forma de luta cósmica entre o bem e o mal, na qual as pessoas parecem guerer uma solução final, que supõe emprego de força física. O drama tem esse papel de permitir uma linguagem na qual você pode expressar esse sentimento exacerbado mas não irreal da violência.

NO: Essa tendência da dramatização da violência pela imprensa é acompanha-

(1) In Sousa, M. W. (org.) - Sujeito, o Lado Oculto do Receptor. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

da por uma outra tendência das tramas ficcionais de abordarem temas atuais e polêmicos, como o caso dos sem-terra na novela O Rei do Gado. O Sr. acha que essa mistura de gêneros afeta a distinção que o receptor faz entre o que é real e o que é ficcional?

SA: Eu acho que de uma maneira geral as pessoas sabem diferenciar o mundo da ficção e o da realidade. No cotidiano delas estas coisas até podem estar entrelacadas, tendo em vista que o ficcional é também um universo do qual elas retiram referências para sua conduta, ao mesmo tempo que o real é também uma forma delas se apropriarem do ficcional. Elas até podem fazer este trânsito, ler na novela alguma coisa que tenha muito a ver com elas e se identificarem com uma trama ou personagem, mas no meu entender não chegam ao exagero de fazer a vida virar ficção e a ficção dominar a vida. No limite, as pessoas continuam, na sua lógica, separando essas esferas, já que isso faz parte ainda do nosso mundo racionalizado. Mas há uma interação, da mesma forma que existe quando as pessoas lêem um romance. Algumas pessoas fazem uma distinção maior, outras menor. A arte é isso, uma interação permanente, e os media não estão fora disso. Eu gosto do filme A Era do Rádio, de Woody Allen, porque é uma grande ficção sobre isso, esse momento em que essas coisas não se separam muito bem. Acho que até podem acontecer situações como as retratadas nesse filme, mas eu não concordo que as pessoas estejam inevitavelmente capturadas por isso. Embora a televisão seja um aparelho que exerce uma sedução. um impacto, acho uma ilusão acreditar que ela tem o monopólio da verdade sobre os receptores, porque as pessoas estão submetidas a várias outras formas de conhecimento e agências de socialização no seu cotidiano. A retradução entre o real e o ficcional faz parte do nosso cotidiano, inclusive essa distinção é um dado constitutivo da nossa experiência concreta no mundo moderno.

NO: Outra questão bastante discutida é a influência da TV na formação das crianças, tanto na erotização precoce, quanto na antecipação do imaginário social. Hoje isso pode ser considerado uma forma de violência?

SA: Acho que a TV mudou muita coisa. Eu vim de uma geração que comecou com a televisão. Ela teve um papel muito importante no modo como se organizou a distribuição do tempo e a relação, entre as pessoas. Acho que ela causou um impacto forte, como o computador atualmente. Agora, a televisão tem efeitos? Eu acho que sim. As crianças de hoje, que ficam muito mais tempo na frente de uma TV, possivelmente têm uma capacidade de elaboração de sinais e imagens que outras crianças não tinham. Isso significa que do ponto de vista psicológico se desenvolvem algumas habilidades ao mesmo tempo se neutralizam outras. Penso que, agora, as crianças estão muito mais sensíveis às coisas do mundo adulto. Os meios ajudaram a colocar essas crianças mais cedo no mundo adulto, mas também colaboraram para infantilizar suas reações frente as dificuldades desse mundo. Em relação a uma maior erotização dessas crianças, reconheço que a TV exerceu influência nesse processo. Só que outros agentes também contribuíram para isso, como a revolução de costumes dos anos 60 e uma relação mais aberta entre pais e filhos. Não foi a TV que erotizou as crianças. Dizer isso é atribuir ao meio uma onipotência e onisciência que acho que ele não tem. Acreditar nisso significa isolar todo o resto da sociedade e achar que os meios são ausentes da sociedade. Se hoje temos mais cenas de sexo e violência na TV é porque as relações entre os sexos estão mais abertas e porque a NO: Os meios de comunicação são vistos, por muitos estudiosos, como a nova praça pública da modernidade, o novo espaço público. Para eles, a televisão influenciaria, sobretudo, na construção do imaginário coletivo. A super-exposição da violência na TV estaria transformando as fronteiras entre o público e o privado?

SA: Acho que essas fronteiras estão sendo transformadas e a TV está expressando isto. Nós somos herdeiros de uma tradição de modernidade que foi construída por uma separação clara entre a esfera dos negócios públicos e a esfera dos interesses privados. Evidente que, duzentos anos depois dessa experiência, esse mundo está em profunda ebulição. Uma das muitas transformações nessa área é a redefinição das fronteiras entre as duas esferas. Várias análises, as mais conhecidas de Habermas e Hannah Arendt, mostram que no mundo moderno tem-se uma forte tendência a politizar elementos da vida privada e, sobretudo da vida íntima, enquanto questões clássicas da vida pública viram questões de foro íntimo. Hoje, já não se tem que debater opção política publicamente, porque isso se transformou num problema de cada consciência individual. Há, então, hoje, uma politização do privado e uma despolitização do público. Nesse sentido, penso que os meios de comunicação estão em sintonia com essa realidade. Muitas vezes, a TV chega a antecipar essas mudanças, como ocorre de modo geral com a arte. Acho que a TV não faz mais do que ser uma das intérpretes da vida social. É lógico que ela é uma intérprete com recursos próprios, meios próprios, e que tem a capacidade de fazer uma leitura muito particular. Em alguns momentos essa leitura é exacerbada, porque, muitas vezes, a TV apresenta um mundo totalmente dominado pela violência, como se a vida não tivesse outro sentido. Isso pode ser unia grande ficção, mas a vida moderna não está resumida a esse aspecto. Nesse sentido, acho que a TV é uma intérprete do que acontece, embora fazendo, em muitos momentos, uma leitura exagerada do mundo, esticando a realidade na sua máxima radical idade possível. É preciso, então, que as pessoas comparem essa radical idade com as experiências concretas, percebendo outros sentidos e significados que a experiência humana também comporta. O que acho problemático é essa sensação de que a TV oferece um mundo sem saídas. É isso que precisamos colocar em discussão pública. Não podemos ter uma atitude passiva diante disso. Hoje, nós estamos construindo um imaginário de uma vida humana completamente dominada, na qual a história escapou do nosso controle. Ou seja, nós não somos mais senhores do nosso próprio destino. Dessa maneira, acabamos entrando em contradição com a própria herança da humanidade.

NO: Por qual caminho podemos nos referenciar teoricamente para o estudo das práticas de recepção em comunicação, na sua vinculação com TV e violência?

SA: Eu ainda acho difícil traçar um caminho teórico relacionando esses elementos. Talvez saiba falar um pouco mais sobre caminhos no estudo particular da violência. Eu insisti durante muito tempo na idéia de que era possível construir o objeto teórico "violência". Hoje, tenho dúvidas de que é possível fazer isso. Então, estou deslocando um pouco minha reflexão para o campo da conflitualidade. Penso que violência é uma forma de conflitualidade social. O que eu quero entender hoje é um pouco dessa conflitualidade. Saber como os conflitos se dão nas suas mais

diferentes formas. Atualmente, é claro que o conflito fundamental não é mais, exclusivamente, o conflito de classes. Ele continua sendo um conflito importante, mas os conflitos atuais estão atravessando as mais diferentes áreas. Você tem conflitos de gênero, étnicos, religiosos, regionais, por afirmação de identidade sexual, etc. Se nós percebermos, a sociedade, cada vez mais, está manifestando novas formas de conflito. O que eu tento entender é qual a natureza dos conflitos contemporâneos, para, a partir disso, compreender qual o lugar da violência nessa conflitualidade. Nesse contexto, penso que a violência acaba aparecendo, por incrível que pareca, como uma forma de resolução, já que as formas modernas racionais de resolução, baseadas na lei, na justica, transbordaram, não conseguem mais dar conta dos conflitos. No meu entender, a violência não é algo externo a sociedade, ela está no interior dela. É preciso entender sua significação de fato. Eu me perguntaria, então, que teoria é capaz de dar conta da relação entre as agências de socialização - formação de opinião pública, de ethos e de sociabilidade - e o lugar dos media, particularmente da mídia eletrônica, nesse processo de socialização. Isso envolve, de fato, uma relação complexa entre emissores e receptores de mensagens, abrangendo toda a cadeia da produção e da recepção. Acho que estamos numa fase de efervescência teórica, mas nenhuma das novas teorias é capaz de elaborar um modelo satisfatório. Hoje, temos estudos muito parciais. Precisávamos investir numa teoria que pudesse construir um modelo mais geral, capaz de ordenar o conhecimento e a inteligibilidade da realidade. Ele não é fim, ele é meio, um instrumento, um recorte da realidade que permite ordená-la de uma certa maneira para interpretá-la com algum sentido.

Bibliografia do entrevistado

ADORNO, S. O monopólio estatal da violência. Revista da Oficina de Informações, São Paulo, v. 52, p.50-51, 2004.

ADORNO, S. CARDIA, N. Impunidade e Violência. Revista Pesquisa Fapesp, v. 1, n. 88, p.20-23, 2003.

ADORNO, S. CARDIA, N. POLETO, F. Homicide Rates and Human Rights Violations in Sao Paulo, Brazil 1990 to 2002. Health and Human Rights- An International Journal, v. 6, n. 2, p.15-33, 2003.

ADORNO, S. CARDIA, N. POLETO, F. Homicídio e violação de Direitos Humanos em São Paulo. Estudos Avançados, v. 17, p. 43-73, 2003.

ADORNO, S. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. Jornal de Psicologia-PSI, n. Abril/Junho, p.7-8, 2002.

ADORNO, S. Crise no Sistema de Justiça Criminal. Ciência e Cultura, São Paulo, p.50-51, 2002.

ADORNO, S. A delinqüência juvenil em São Paulo: mitos, imagens e fatos. Proposições, p.45-70, 2002.

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. Sociologias -Violências, América Latina, Porto Alegre, p.84-135, 2002.

- ADORNO, S. Dor e sofrimento: presenças ou ausências na obra de Foucault? Cadernos da FFC, Marília - SP, v. 9, n. 1, p.11-33, 2001.
- ADORNO, S. BORDINI, E. B. T. Lima, R. S. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana em São Paulo. São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE. São Paulo, v. 13, n. 4, p.62-74, 2000.
- ADORNO, S. Segurança Pública e Direitos Humanos. Entrevista de Luiz Eduardo Soares a Sérgio Adorno. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 57, p.141-154, 2000.
- ADORNO, S. Direito e democracia. Diálogos & Debates, São Paulo, v. 1, p.30-37, 2000.
- ADORNO, S. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. Revista Tempo Social, São Paulo, v. 11, n. 2, p.129-153, 1999.
- ADORNO, S. Violência e racismo: discriminação no acesso à justica penal. In: Schwarcz, L. & Queiroz, R. da S. Raca e Diversidade. São Paulo: EDUSP; Estação Ciência/USP, 1996, pp.255-75.
- ADORNO, S. &, outros. Racismo e discriminação. Cadernos de Pesquisa. Novas Faces da Cidadania: identidades políticas e estratégias culturais. Seminário realizado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), 6-8, dezembro 1995. São Paulo: Cebrap, 1996, pp.59-92.
- ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira: uni painel inconcluso em uma democracia não consolidada. Sociedade e Estado. Revista semestral de sociologia. Brasília: UnB, X(2): 299-342, jul./dez, 1995.
- ADORNO, S. Violência, ficção e realidade. In: Sousa, M. W. (org). Sujeito, o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 1995. pp.181-8